

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIV nº 1492 | 23/09/2019 a 29/09/2019

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

TEMPORADA 2019/20

CLIMA INSTÁVEL, SAFRA APREENSIVA

Previsão aponta para chuvas irregulares e veranicos ao longo do período de plantio e desenvolvimento das plantas

sistemafaep.org.br



Aos leitores

Começa safra, termina temporada e a previsão climática sempre está no topo dos assuntos que permeiam o campo. Mas nada que espante, afinal, por mais batida que seja a afirmação, “o agronegócio é uma indústria a céu aberto”. E, nesta safra 2019/20, quando os produtores estão prontos para entrar com as máquinas para o plantio, o assunto do momento é a falta de chuva que tanto traz preocupação. O vazio sanitário já terminou, mais exatamente no dia 10 de setembro, mas pouquíssimas plantadeiras puderam ser vistas nas lavouras paranaenses.

A explicação é simples. Com os longos períodos sem chuva, mais de 70 dias em algumas regiões do Estado, o solo está sem umidade adequada e o planejamento está atrasado. A boa notícia, que consta na matéria de capa deste Boletim Informativo, é a volta da chuva na última semana de setembro e começo de outubro. Um alento para os agricultores.

Mas, a análise também aponta para uma temporada de chuvas irregulares e veranicos ao longo do desenvolvimento das plantas. O jeito então é acompanhar as informações climáticas dos próximos meses, inclusive no Boletim Informativo e nas redes sociais do Sistema FAEP/SENAR-PR, e aproveitar janelas de solo úmido para realizar a semeadura. O agricultor paranaense é capaz e, com certeza, irá tirar de letra mais esse obstáculo de São Pedro.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldato, Ivo Pierin Júnior, Valdemar da Silva Melato e Nelson Natalino Paludo | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mário Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Marcos Junior Brambilla - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Júnior e Carlos Alberto Gabiatio

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Aníbal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Fernando Santos, Robson Vilalba e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedir-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1492:

André Rodrigues, Fernando Santos, William Goldbach, Scott Bauer, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

CLIMA DA SAFRA 2019/20

Estiagem atrasa o início do plantio no Paraná. Previsão é de chuva irregulares e veranicos ao longo da temporada

PÁG. 4

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Produtores rurais têm a opção de realizar o recolhimento sobre a folha de pagamento ou faturamento

Pág. 3

PECUÁRIA DE CORTE

Com o fim da vacinação contra a febre aftosa, pecuarista deve mirar mercados internacionais mais sofisticados

Pág. 8

RECICLAGEM

Índice de entrega de embalagens de agroquímicos no Paraná chega a 98% – acima da média nacional

Pág. 12

REPRESENTATIVIDADE

Ex-servidor da FAEP teve participação na criação de mais de 130 sindicatos rurais no Paraná

Pág. 18

CACHAÇA

Com apoio do SENAR-PR, tradicional produto de Morretes obteve a Indicação Geográfica e ganhou mercado

Pág. 22

Produtor pode recolher previdência na folha ou no faturamento

Válida desde janeiro deste ano, opção precisa ser feita no início do exercício



Desde janeiro deste ano, os produtores rurais têm a opção de realizar o recolhimento da contribuição previdenciária (Cota Patronal) sobre a folha de pagamento ou faturamento (Funrural), conforme a Lei 13.606/2018. A escolha precisa ser feita no primeiro mês do ano e não pode ser alterada durante o exercício. O recolhimento é válido apenas para a contribuição previdenciária envolvendo o INSS e RAT (Riscos Ambientais do Trabalho).

O ideal é que o produtor rural realize o cálculo comparativo para definir se é mais vantajoso recolher sobre o faturamento ou folha de pagamento. Após a escolha, é preciso cumprir a obrigação de informações legais, trabalhistas, tributárias e previdenciárias junto à Receita Federal e demais órgãos responsáveis, por meio da Guia do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP).

O recolhimento pelo faturamento, ou seja, sobre a comercialização, precisa atender os seguintes índices: 1,2% INSS e 0,1% RAT, num total de 1,3%, além de 0,2% para o SENAR sobre a comercialização da produção rural. Na folha de pagamento, os percentuais são 20% INSS, 3% RAT, num total de 23%, mais os mesmo 0,2% do SENAR sobre a comercialização da produção rural. Ou seja, o 0,2% do SENAR sempre será recolhido sobre a comercialização no regime de sub-rogação (desconto e recolhimento) quando vendido para empresa. Quando vendido para outra pessoa física, a responsabilidade do recolhimento é do próprio produtor.

Além destes encargos, independentemente da opção de recolhimento ao INSS, o empregador rural também precisa contribuir com 2,5% de Salário Educação e 0,2% Inkra, ambos sobre a folha de salários.

O segurado especial não recolhe por folha de pagamento, porque não tem empregado permanente. Se o produtor tem funcionário permanente registrado perde a condição de Segurado Especial. Neste caso terá que recolher o INSS mensal, por meio do carnê.

Pessoa Jurídica

O produtor rural pessoa jurídica também recolhe a contribuição previdenciária e ao SENAR sobre o faturamento, podendo optar por fazer na folha de pagamento.

No recolhimento pelo faturamento incidem as seguintes alíquotas: 1,7% INSS e 0,1% RAT, além de 0,25% para o SENAR, totalizando 2,05% sobre a comercialização da produção rural.

No caso do produtor rural pessoa jurídica que fizer a opção de recolhimento sobre a folha de pagamento, a contribuição ao SENAR também incidirá sobre a folha de pagamento, com alíquota de 2,5%, além dos 20% INSS e 3% RAT.

Além disso, independentemente da opção de recolhimento ao INSS, o empregador rural precisa contribuir com 2,5% de Salário Educação e 0,2% Inkra, ambos sobre a folha de salários.

A opção do recolhimento ao INSS não se aplica às agroindústrias, que precisam recolher pelo faturamento.

As empresas, como os sindicatos rurais e prestadores de serviços, precisam recolher sobre a folha de pagamento por força de Lei.

Em caso de dúvidas ou mais informações, basta entrar em contato com o sindicato rural local ou com o Departamento de Planejamento e Controle do Sistema FAEP/SENAR-PR, no telefone (41) 2106-0412 e e-mail arrecadacao@senarpr.org.br.

Safra 2019/20 será marcada por chuvas irregulares

Com a neutralidade climática, sem a influência de fenômenos como o *El Niño* e *La Niña*, períodos de estiagem seguem até fim do ano

Por Bruna Fioroni

O plantio da safra de verão 2019/20 começou com clima de apreensão no Paraná. O término do vazão sanitário, dia 10 de setembro, veio acompanhado de um período de estiagem que travou o planejamento da atual temporada. Após um maio bastante chuvoso, com precipitações de até 400 milímetros em algumas partes do Estado, os meses que se seguiram foram marcados pela seca, que impactou a reserva hídrica do solo para início da semeadura dos grãos, principalmente a soja.

Mesmo com o plantio liberado desde a segunda semana de setembro, a maioria dos produtores paranaenses preferiu não arriscar em lançar a semente na terra seca. Segundo dados do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), até meados de setembro, o plantio da soja atingiu pouco mais de 20 mil hectares, correspondentes a menos de 1% da área projetada (5,5 milhões de hectares). Em comparação com o mesmo



período de 2018, cujas condições climáticas do último quadrimestre do ano foram marcadas pelo fenômeno *El Niño*, a área semeada atingia 9%.

O início da primavera, dia 23 de setembro, trouxe previsão de chuva para praticamente todo o Paraná e, conseqüentemente, mais ânimo aos produtores. Porém, meteorologistas alertam para irregularidades nas precipitações ao longo dos próximos meses de 2019.

De acordo com o agrometeorologista Luiz Renato Lazinski, essa falta de regularidade nas precipitações é um fator esperado em um cenário de neutralidade climática, ou seja, sem a influência de fenômenos como o *El Niño* e *La Niña*. “Essa situação persiste pelo menos até o final do ano. Por isso, nós temos períodos em que chove muito, com intervalos de tempo marcados pela estiagem ou pouca chuva. Também existe a irregularidade no volume pluviométrico entre as regiões”, aponta.

Lazinski também alerta sobre as chances de veranicos (períodos de estiagem acompanhados por calor intenso) até o final do ano. “No ano passado tivemos veranicos entre novembro e dezembro, mas é difícil prever quando começam e quanto tempo duram. Isso não vai se regularizar até o início de 2020”, complementa.

Exemplos desta irregularidade climática estão espalhados pelo Paraná. Enquanto alguns municípios receberam um volume de chuva de 30 milímetros no início deste mês, outros permaneceram na expectativa, com apenas 10 milímetros, de acordo com a Somar Meteorologia. Nesse período, registros apontavam que o teor de umidade do solo atingiu a marca dos 80% nas áreas mais próximas a divisa com Santa Catarina. Já em regiões como o Oeste e o Norte paranaense, a umidade ficou abaixo dos 50%.

A meteorologista Heloísa Pereira, da Somar, avalia que, com o avanço da frente fria na Costa Sul do Brasil, as chuvas voltam a aparecer nesta reta final de setembro, mas haverá

uma janela de seca em outubro. “No ano passado, quando ocorreu o *El Niño*, a safra começou bem, com chuva engrenando rápido, mas no alto verão, principalmente em janeiro e fevereiro, faltou chuva. Este ano vemos o oposto. A expectativa é que as chuvas demorem para engrenar, com previsão para novembro em diante, e no alto verão estarão mais regulares e bem distribuídas”, destaca.

“A soja é a principal cultura para o Paraná, então é natural que os produtores fiquem em estado de alerta com as condições climáticas, ainda mais com a quebra da safra passada. A expectativa é que a rentabilidade se recupere e que o desenvolvimento das lavouras de soja não atrase o milho safrinha”, reforça Ana Paula Kowalski, engenheira agrônoma do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

Expectativa e preocupação

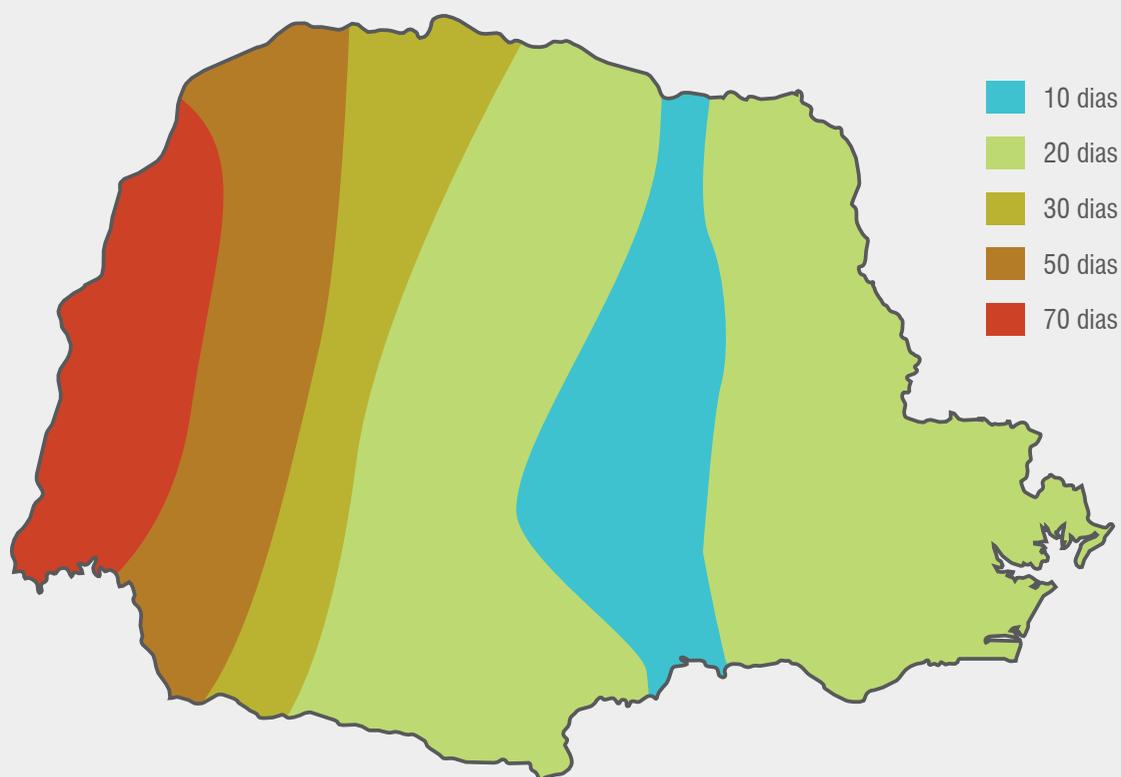
De acordo com a primeira estimativa do Deral, divulgada em 23 de agosto, a safra de soja 2019/20 deverá resultar em uma colheita de 19,8 milhões de toneladas, chegando ligeiramente perto do recorde de 19,9 milhões de toneladas da temporada 2016/17. A perspectiva é que a nova safra recupere a produtividade e supere as 16,2 milhões de toneladas da anterior (2018/19), que sofreu com a estiagem e as altas temperaturas. Ainda, a projeção é colher 3.612 quilos por hectare (60 sacas por hectare), ante os 2.985 quilos por hectare (49,7 sacas) da safra 2018/19, aumento de 21%. Dessa forma, o Estado volta a disputar com o Rio Grande do Sul a segunda posição entre os maiores produtores de oleaginosa do país.

Segundo o economista do Deral Marcelo Garrido, mesmo com o período de estiagem que se estendeu até meados de setembro, ainda é cedo para falar de possibilidade de perda de produtividade e quebra de safra. “O produtor está segurando



Estiagem agrícola

Confira o período de seca nas regiões do Paraná desde o último registro de chuva



Fonte: Somar Meteorologia (16/09/2019)

o plantio em relação às expectativas de chuvas. O que está frustrando é a intenção de plantar cedo para conseguir plantar o milho safrinha em janeiro”, observa.

Em decorrência dos riscos de geadas a partir de maio, regiões como Oeste e Sudoeste possuem a janela de plantio da segunda safra de milho mais curta. O presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP e do Sindicato Rural de Toledo, Nelson Paludo, adianta que a safra de milho safrinha ficará comprometida caso os produtores não consigam iniciar a semeadura da soja ainda em setembro. “A época ideal é agora, mas sem chuva é um risco muito alto. O produtor sempre tem expectativa de colher uma safra boa, então estamos com esperança que o tempo se normalize”, diz.

Além disso, as regiões Oeste e Sudoeste figuram entre as principais produtoras de grãos do Estado, o que causa ainda mais inquietação entre os produtores para seguirem com o calendário planejado. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Caldato, alguns agricultores deram início ao plantio no dia 11 de setembro, data posterior ao término do vazio sanitário, mesmo com a estiagem (leia sobre os riscos na página 7). “Estamos bastante angustiados. Alguns começaram a plantar, outros ainda estão com medo. Como choveu pouco, os produtores que já plantaram estão

apostando nas chuvas de acordo com a previsão. Se correr como previsto, o que foi plantado irá germinar. Mas se não, preocupa bastante”, afirma.

Ainda que as perspectivas apontem para a ocorrência de chuvas em setembro, na opinião de Caldato, o início de plantio é preocupante devido às particularidades da região. “Mas estamos apostando todas as fichas que as previsões se confirmem. O milho primeira safra está germinando, mas também precisa de mais chuva com urgência para confirmar esse plantio, para não ter perdas”, complementa.

Em algumas localidades do Paraná, o milho safrinha é inviável devido às características climáticas, principalmente baixas temperaturas. Por isso, esse não é um fator generalizado de preocupação para todos os produtores paranaenses. No entanto, os receios em relação ao desenvolvimento da safra de soja são os mesmos. De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, Gustavo Ribas Netto, a decisão no município é aguardar pela chuva.

“Nesta última safra já tivemos prejuízos, ainda mais que não temos o milho safrinha. O produtor já não está muito capitalizado, inclusive alguns em recuperação judicial. Com as cooperativas com endividamento, ele não tem margem para sustos”, diz.

Apenas 1%

dos 5,5 milhões de hectares projetados para a safra 2019/20 foi plantado, contra 9% na temporada passada



Embrapa alerta sobre riscos de plantio no pó

A redução do volume de água no solo é prejudicial para o desenvolvimento das plantas. Segundo o pesquisador da Embrapa Soja José Salvador Foloni, especialista na cultura da soja, a recomendação é que o produtor não arrisque a semeadura nas condições do solo sem a umidade ideal. Se realizado o plantio na terra com baixa umidade, resultado do período de estiagem, a semente não irá absorver a água necessária durante o primeiro estágio da germinação.

“É importante que o produtor espere por um volume acumulado de chuvas para recompôr a umidade do solo, formando autonomia de reserva hídrica. Assim, no decorrer do desenvolvimento da soja, chuvas com pouco volume já serão suficientes para manter a água do solo e para que a lavoura se desenvolva”, orienta.

Caso o produtor insista em realizar o plantio na terra seca, podem ocorrer falhas no estande, subdesenvolvi-

mento da planta e aumento do aparecimento de plantas daninhas, acarretando em perdas de produtividade significativas. Ainda, a cultura pode perder a viabilidade e o produtor terá que fazer o replantio, gerando mais custos operacionais.

“O risco é muito alto. A semente da soja perde a viabilidade muito rapidamente. Se o produtor colocar a semente na terra e ela ficar no solo durante dez dias em desidratação, a probabilidade de perder o vigor ou mesmo morrer é muito grande”, explica Foloni.

O pesquisador aconselha o produtor a pensar em alternativas em caso de estiagem prolongada, ocasionando o atraso da colheita da soja e inviabilizando a janela de plantio do milho safrinha. “O produtor ainda tem a opção do trigo, que é uma cultura importante, por mais que a remuneração não seja igual à do milho. É uma opção mais recomendável do que arriscar o plantio da soja na seca”, aponta.

“Temos que buscar o mercado da carne nobre”, diz especialista

Para o coordenador do CIA-UFPR, Paulo Rossi Júnior, a conquista de novo *status* sanitário irá colocar o Paraná em uma posição privilegiada

A conquista do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação irá colocar o Paraná em condição privilegiada na abertura de novos mercados internacionais à carne bovina produzida no Estado. O coordenador do Centro de Informação do Agronegócio da Universidade Federal do Paraná UFPR (CIA-UFPR), professor Paulo Rossi Júnior, avalia que o grande desafio da pecuária paranaense será chegar a compradores mais sofisticados, que remuneram melhor. Ele destaca que o principal potencial do reconhecimento internacional está justamente na aposta na qualidade do produto a ser exportado.

A análise foi apresentada na reunião da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte da FAEP, no dia 16 de setembro, na sede da entidade, em Curitiba.

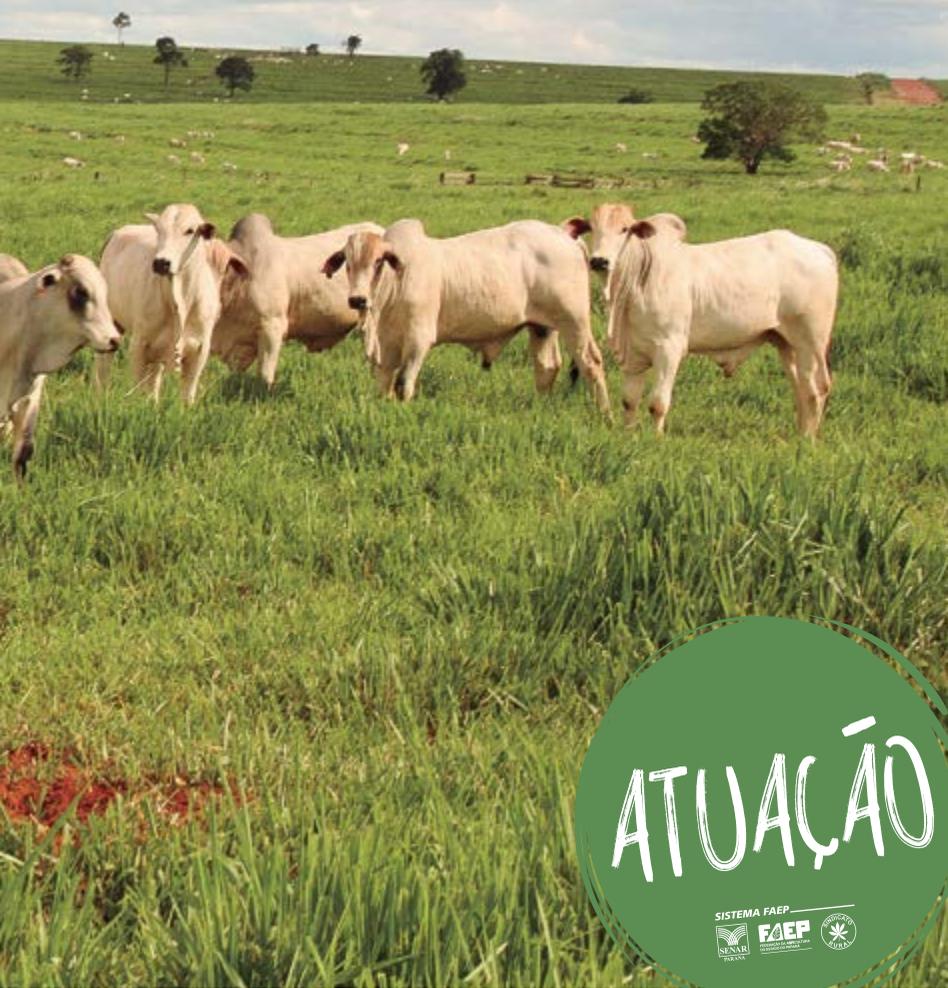
Paralelamente, Rossi Júnior aponta que o rebanho paranaense de bovinos se manteve estável desde o início da década, em 9,4 milhões de cabeças. Ou seja, o grande avanço não se dará no volume de carne exportada. Outro ponto que deve restringir o embarque de grandes volumes ao exterior é o fato de o Paraná ter apenas dois frigoríficos habilitados a comercializar carne bovina a outros países – cada um, com capacidade para abater 1,5 mil cabeças por dia.

“Hoje, Santa Catarina tem o *status* [de livre de aftosa sem vacinação], mas não é expressiva na pecuária bovina. Nós temos essa vantagem. Mas o nosso potencial não vai ser em volume, mas em qualidade”, disse Rossi Júnior. “Exportar para a China é bom, mas temos que buscar o mercado de carne nobre, que pagar mais. Nós temos uma coisa diferente nas mãos e precisamos explorar isso”, acrescentou.

Apesar das perspectivas positivas, Rossi Júnior entende que o mercado



interno continuará a ser decisivo para a formação de preços dos produtos da bovinocultura. Ao longo da década, cerca de 80% da produção bovina do Paraná vêm sendo voltada ao consumo do Estado e 20%, em regra, exportados. Ao mesmo tempo, o professor observa que a estagnação econômica



do país – registrada nos últimos dois anos – tem se refletivo na pecuária paranaense, com frigoríficos operando com cautela. Este cenário acaba por interferir nos preços, deixando-os estáveis.

“O grande formador de preço é o mercado interno. A exportação pode

ajudar a melhorar um pouco o preço geral, mas de forma muito leve e isolada”, analisou. “Economicamente, os últimos dois anos não foram bons. Com desemprego e menor renda, o brasileiro deixou de comer carne. Temos que ver como as coisas vão se dar daqui para frente”, observou.

Próximos passos

Ainda na reunião da CT de Bovinocultura de Corte, o diretor-executivo do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundep), Ronei Volpi, descreveu os próximos passos no processo de reconhecimento internacional. Ele adiantou que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) deve suspender oficialmente a vacinação contra aftosa no Paraná em novembro. Com isso, o Estado teria condições de obter o reconhecimento internacional em 2021.

“O dia da suspensão oficial da vacinação ainda não está definido. Nós defendemos que seja 30 de novembro, quando expira a última vacinação, feita em maio”, disse Volpi.

A construção do último Posto de Fiscalização de Transporte Agropecuário na BR-116, em Campina Grande do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, deve ser concluída até o fim de novembro, segundo Volpi. O ponto era um dos últimos requisitos do Mapa, que já reconheceu o sistema sanitário paranaense como o melhor do país.

“O Paraná virou referência no Brasil de como deve ser a participação da iniciativa privada, como o Fundep. Nós somos, mesmo, o Estado que tem mais e melhor relação do público com o privado”, definiu.

Outros temas

A reunião da Comissão Técnica contemplou, ainda, outros temas. O zootecnista do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, Guilherme Souza Dias, fez uma apresentação sobre a movimentação de gado vivo no Paraná e um relato sobre visita técnica feita ao Porto de Antonina, no Litoral do Paraná – terminal portuário habilitado a exportar animais vivos. Além disso, o economista Luiz Eliezer Ferreira levou uma análise do impacto que o surto de Peste Suína Africana (PSA) na Ásia causou nas exportações de carne bovina. A programação contou, ainda, com uma palestra sobre segurança no trabalho na pecuária de corte, apresentada por José Valdir Brescansin, do Sindicato Rural de Maringá, e com uma apresentação das funcionalidades do recém-lançado aplicativo do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Sanidade é o maior patrimônio do suinocultor

Para os integrantes da Comissão Técnica de Suinocultura da FAEP, sistema sanitário forte e organizado do Paraná terá peso na abertura de novos mercados

O maior valor que qualquer granja produtora de suínos possui está além da sua estrutura física e abrange especialmente a sanidade. E esta não é uma conquista individual, mas da união de todos os elos da cadeia produtiva, do poder público e da iniciativa privada, apontaram os debates da Comissão Técnica (CT) de Suinocultura da FAEP, realizada na sede da entidade, em Curitiba, no dia 19 de setembro.

Estiveram na pauta do encontro, que reuniu líderes sindicais e suinocultores de diversas regiões do Paraná, diversos outros aspectos, como os custos de produção, fim da vacinação contra febre aftosa no Estado e as oportunidades abertas com o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul.

O presidente da CT de Suinocultura, Reny Gerardi de Lima, enfatizou a máxima de que o valor das propriedades rurais, hoje, é ilusório se não houver o reconhecimento internacional de que o Paraná tem um sistema sanitário forte e organizado. “Somos produtores conscientes, formadores de opinião, temos que ajudar a superar cada desafio para continuarmos avançando. Nosso investimento mais importante é em sanidade, temos que ter animais sadios lá dentro das nossas granjas. Isso que temos que incutir na cabeça dos nossos colaboradores e mostrar ao mundo que essa é a nossa maior preocupação todos os dias”, recomendou Gerardi.

A médica veterinária do Sistema FAEP/SENAR-PR Nicolle Wilsek, apresentou aos participantes o levantamento de custos de produção, realizado com base nos dados do mês de junho. A técnica também enfatizou o papel da sanidade para que a produção de suínos siga uma trajetória de de-



Nilo Chaves de Sá falou sobre as perspectivas do setor nos próximos anos

envolvimento. “Hoje, nós sabemos que o produtor não é um mero cuidador de animais, é um empresário, que visa qualidade, sanidade, qualificação e conhecimento. Temos que reconhecer os avanços, que estamos em um patamar elevado e seguir em alerta para continuar nossa trajetória de reivindicações, que eleva a cada dia a sanidade do nosso Estado”, complementou.

Nilo Chaves de Sá, coordenador técnico comercial da Agroceres PIC, fez, em sua palestra, um panorama geral sobre para onde deve caminhar a suinocultura nos próxi-



mos anos. O especialista lembrou que o setor passou por mudanças constantes nas últimas décadas. Uma das mais significativas ocorreu no início dos anos 1990, com a ascensão dos óleos vegetais. “A partir dessa época houve uma mudança nas características dos animais, que agora não são mais prioritariamente produtores de banha, mas de carne, e também no próprio modelo de negócio, com a expansão da integração”, recordou.

O especialista elencou que os principais gatilhos para as alterações nas características da suinocultura estão con-

centrados, principalmente, nas áreas de sanidade (manejos), margens menores, pressão por redução de custos, exigências dos consumidores e mercados, mão de obra e inovação em nutrição, gestão e genética. “Tudo isso vai forçar mudanças em aspectos como modelos de negócio, escala de produção, padrão construtivo e fluxo produtivo”, preveniu.

Novos mercados

O economista do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP Luiz Eliezer Ferreira apresentou as possibilidades de acesso da suinocultura paranaense a novos mercados. Isso em especial com a possível obtenção do reconhecimento como área livre de febre aftosa sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e o acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercosul.

O economista alertou para o fato de que o acordo entre UE e Mercosul trata mais do que uma simples relação comercial, pois a lista de exigências para os dois lados abrange várias áreas, como aspectos jurídicos, de meio ambiente, modelos de produção, sistemas tributários e uma série de outros fatores. “O objetivo é que seja um acordo de ganha-ganha, com ambas as partes cedendo em determinados aspectos para que o resultado final seja benéfico para todos os envolvidos”, pontuou Ferreira.

Consciência comprovada

Sistema brasileiro de logística reversa das embalagens de agroquímicos se firma como melhor do mundo ao destinar 94% para a reciclagem

Por André Amorim

O produtor rural paranaense já sabe: depois de utilizar um produto agroquímico, precisa lavar a embalagem três vezes (tríplice lavagem) e encaminhá-la para a reciclagem. Desde o ano 2000 essa prática faz parte da rotina do homem do campo, que consolidou o Brasil como o maior recolhedor deste tipo de embalagem no mundo.

No centro deste trabalho está o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), entidade sem fins lucrativos formada pelas associações das indústrias de agroquímicos no Brasil, para dar conta de uma legislação que obriga os fabricantes a realizarem a logística reversa das embalagens. Ou seja, as empresas precisam dar o encaminhamento am-



Como fazer a tríplice lavagem

Antes de destinar a embalagem vazia à reciclagem são necessários alguns cuidados

Fonte: InpEV

Infografia: Sistema FAEP/SENAR-PR



ESVAZIAR
totalmente o conteúdo
da embalagem;



ADICIONAR
água limpa até $\frac{1}{4}$
de seu volume (25%);

5 **REPETIR** estes procedimentos
mais **duas** vezes;

bientalmente correto destes materiais após o seu uso no campo.

De acordo com o coordenador regional de operações do InpEV no Paraná, Fábio Macul, essa história começa ainda antes do ano 2000. Na época do então governador Jaime Lerner foi criado o projeto “Terra Limpa”, que levou o Estado a se tornar o primeiro do país a manter um programa de recolhimento, armazenamento e reciclagem de embalagens de agroquímicos. “Só que o governo estadual descobriu que não tinha o que fazer com aquelas embalagens. E o volume era muito grande”, recorda.

Logo na sequência, a Lei Federal 9.974/00, promulgada em junho de 2000 e regulamentada em 2002, trouxe novidades para o setor ao atribuir a cada agente da cadeia agrícola – produtor, comerciante, fabricante e poder público – a responsabilidade pela devolução das embalagens usadas dos produtos agroquímicos. Nesse contexto, o InpEV surgiu para integrar todos os elos desta cadeia produtiva e gerenciar o sistema de logística reversa.

Desde que entrou em funcionamento, em 2002, o instituto já recolheu mais de 537 mil toneladas de embalagens. O número pode ser conferido no “Embalômetro”, sistema de contagem disponível

no site do InpEV (www.inpev.org.br) que aumenta a cada minuto, conforme mais material é recolhido.

Hoje, segundo Macul, o índice de devolução das embalagens usadas no Brasil é de 94%. Para efeito de comparação, em segundo lugar no ranking mundial vem a Alemanha, com 70%, e, na sequência, o Canadá, com 65%. “Nós somos reconhecidos no mundo como excelência no tratamento desses resíduos. Recebemos visitas de outros países para entender como a gente promove a gestão desse negócio num país continental”, diz o coordenador do InpEV.

O Paraná é o segundo Estado brasileiro em volume total de entregas, atrás somente do Mato Grosso. De acordo com Macul, isso poderia se explicar pelo consumo maior destes produtos no Estado do Centro-Oeste. O índice de entregas paranaense é de 98% do utilizado, acima da média nacional.

Do total recolhido, 97% são encaminhados à reciclagem, onde se tornam novos produtos, como embalagens de produtos agroquímicos, fechando o ciclo de vida dos produtos. Os 3% restantes, que por algum motivo não podem ser reciclados, são incinerados.

Para realizar o recolhimento, o InpEV dispõe de uma rede formada por postos

e centrais, presentes em diversos municípios. No Paraná são 51 postos de recebimento e 13 centrais, além de 3 mil locais de entrega.

Outra forma de destinar as embalagens é o recebimento itinerante, por meio do qual as associações especificam um calendário para o recolhimento. Desta forma, o produtor sabe que naquele dia será feita a coleta num local perto dele. Basta entrar no site do InpEV e verificar o calendário na região. Em todo Brasil são mais de 5 mil postos de recebimento.

Entrega correta

Parte da responsabilidade no processo de logística reversa cabe ao produtor rural. Antes de destinar a embalagem vazia ao InpEV, é preciso realizar a tríplex lavagem (veja abaixo como efetuar o procedimento). Esse processo é indispensável para a reciclagem e deve ser feita conforme norma específica (NBR 13.968) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No ato de entrega das embalagens, o produtor deve retirar o comprovante de devolução. O documento, que precisa ficar guardado por cinco anos, é a prova de que o produtor fez a destinação correta da embalagem.



3

TAMPAR BEM

a embalagem e agitar em todos os sentidos por 30 segundos, para dissolver qualquer resíduo do produto que tenha aderido à superfície interna da embalagem;



4

DESPEJAR

a água de lavagem dentro do tanque do equipamento de aplicação. Manter a embalagem escoando por 30 segundos;



6

INUTILIZAR

a embalagem perfurando o seu fundo.

O profissional por trás da história

Historiador é o especialista em divulgar um patrimônio cultural inestimável: o conhecimento histórico da humanidade

Cada edição do Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR traz uma história, dos mais variados temas, para informar nossos leitores sobre fatos que marcaram (ou ainda marcam) a humanidade. Mas até chegar as informações do que houve no passado, levantar os dados e fatos em relação a tal acontecimento, muito trabalho é realizado por um profissional específico: o historiador.

O historiador é um especialista, que narra e conta a história. Esse profissional estuda o passado humano em seus vários aspectos: economia, sociedade, cultura, ideias e cotidiano. Além disso, tem como desafio investigar e interpretar criticamente os acontecimentos, buscando resgatar a memória da humanidade e ampliar a compreensão da condição humana.

Seu trabalho se baseia, principalmente, na pesquisa de documentos,

como manuscritos, impressos, gravações, filmes, objetos e fotos. Depois de selecionar, classificar e relacionar os dados levantados em bibliotecas, arquivos, entrevistas ou estudos arqueológicos, o historiador data o fato ou o objeto, confere autenticidade e analisa sua importância e seu significado para a compreensão do encadeamento dos acontecimentos. Entre outras coisas, a história nos permite também uma melhor compreensão de outras civilizações.

Como disse o poeta Carlos Drummond de Andrade, “o historiador veio para ressuscitar o tempo, escarpelar os mortos, levantar o muro de pedra entre os membros da família, revelar os negócios da trapaça, as condecorações, as liturgias, as espadas, contar a história dos vencidos e dissecar a visão dos vencedores”.



Formação

Para exercer a profissão é obrigatório portar diploma de curso superior em História em nível de graduação ou pós-graduação, oferecido por instituição de ensino superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). A graduação em História pode ser cursada nas modalidades bacharelado e licenciatura, com duração média de 4 anos. Apenas para a licenciatura é obrigatório cumprir o estágio supervisionado. A matriz curricular abrange disciplinas como História Antiga, Medieval, Moderna, do Brasil, da América, da África, da Ásia e Leitura e Interpretação de Textos Clássicos.

A maioria das graduações em História no país é ofertada em licenciatura, mas se o objetivo for trabalhar para empresas ou como pesquisador, o bacharelado é a opção mais apropriada.

Mercado de trabalho

O mercado mais tradicional para esse profissional é as escolas de ensino médio e faculdades.

Mas novos campos de trabalho vêm se abrindo. Nos últimos anos, cresceu a procura por historiadores em empresas privadas, órgãos públicos e entidades de apoio à cultura, para atuar principalmente nas áreas de preservação do patrimônio e resgate histórico. Existem outros campos de atuação: consultor de assuntos históricos para produções artísticas, elaboração de materiais didáticos, assessoria para turismo histórico, curadoria de museus, produção de livros didáticos e paradidáticos, organização de exposições e ações de preservação do patrimônio histórico são algumas possibilidades.

O historiador também tem sido contratado por empresas interessadas na con-

sultoria histórica de produtos - a pesquisa da trajetória de artigos antigos que podem ser relançados ou de similares com boa ou má aceitação no mercado, para que seus lançamentos estejam mais próximos das expectativas dos consumidores.

As operadoras e as agências de turismo, por sua vez, buscam o profissional para auxiliar na criação de roteiros focados em destinos históricos e culturais. Museus e centros culturais são outra alternativa de colocação profissional do historiador, que pode trabalhar na curadoria de exposições e na organização e promoção de cursos livres. Nas editoras, ele é contratado para atuar na elaboração de livros didáticos e paradidáticos. O historiador encontra ainda trabalho na produção de teatro, cinema e televisão, onde faz pesquisa de época para filmes e novelas, ajuda a elaborar roteiros e dá apoio ao material audiovisual em geral.



LIDERANÇA RURAL

Desde julho, o Sistema FAEP/SENAR-PR, em parceria com o Sebrae-PR e os Sindicatos Rurais, está promovendo o curso de Liderança Rural em todas as regiões do Estado. Confira os municípios que já realizaram a formação.



Turma 19 - Nova Londrina



Turma 20 - Medianeira



Turma 21 - Irati



Turma 22 - Cascavel



Turma 23 - Toledo



Turma 24 - Chopinzinho



Turma 25 - Pitanga



Turma 26 - Guarapuava



Turma 27 - Teixeira Soares



CONFIRA O VÍDEO DO CURSO

É fácil!

• Ligue a câmera do seu celular, aponte para o QR Code, acesse o link e assista. Caso não funcione, baixe um aplicativo leitor de QR Code.

• Ou assista ao vídeo do curso no nosso site sistemafaep.org.br



O multiplicador de sindicatos

Servidor da FAEP por duas décadas, Harry França participou da criação de mais de 130 entidades, além de testemunhar o fortalecimento da representatividade do setor

Por Felipe Aníbal

Por duas décadas, a vida de Harry França se confundiu com a história do sindicalismo rural do Paraná. De 1967 a 1988, o hoje advogado tributarista integrou os quadros da FAEP, onde exerceu diversos postos e funções. Mais do que ter sido testemunha ocular da evolução da rede de defesa dos agricultores e pecuaristas, Harry teve participação decisiva na transformação de associações em sindicatos rurais em todo o Estado e na fundação de unidades sindicais em municípios em que os produtores sequer estavam organizados. Essa expansão teve relação direta com o fortalecimento da agropecuária paranaense.

“Eu ajudei a criar mais de 130 sindicatos. Se você procurar nas atas de fundação, vai encontrar meu nome”, diz Harry, por detrás da mesa em seu escritório, no Alto da Glória, em Curitiba. “Quando começamos este trabalho no fim da década de 1960, tínhamos cerca de 35 sindicatos. Em dez anos, chegamos a 165. Isso, em uma época que o Paraná tinha em torno de 235 municípios”, recorda.

A sua entrada na FAEP se deu quase que por acaso. Em 1967, Harry era um rapaz de 22 anos que morava em Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro. Andava “tristão” porque sua namorada havia acabado de falecer, aos 19 anos, em decorrência de uma doença cardíaca. Para ocupar a cabeça, aceitou o convite do presidente do sindicato rural local, Fernando Patriani, que iria a Curitiba, para participar de uma reunião na Federação. Assim, a bordo de um fusca “Pé de Boi”, Harry embarcou em uma viagem que mudaria sua vida.

“O Fernando era irmão do Paulo Patriani, presidente da FAEP. Eu me interessei pelo sistema sindical, em saber como os sindicatos funcionam. Aí, o Paulo me falou: ‘Você não quer vir trabalhar aqui, comigo?’. Como eu só tinha o curso primário, teria chance de estudar, de crescer. Eu aceitei. Comecei como motorista da Federação”, relembra Harry.





De motorista a advogado:
Harry desenvolveu sua paixão por
fuscas nos tempos de Federação

Sindicatos pelo interior

Por um ano, Harry permaneceu ao volante do fusca “Pé de Boi” da FAEP, dirigindo para o presidente não só em Curitiba, mas, principalmente, em viagens pelo interior do Paraná. Logo em seguida, o chofer foi promovido a auxiliar administrativo do Departamento de Administração. No novo posto, continuou a singrar as estradas do Estado, com o colega Gilceu Nilo de Almeida, com a missão de fazer com que as associações rurais se adequassem à lei, se tornando sindicatos rurais. Apesar da nova função, Harry permaneceu à boleia e jamais se esqueceu do automóvel, da cor azul-pastel e de placa AC 7345.

A transformação das associações em sindicatos rurais era uma exigência do governo militar, como forma de regulamentar a representatividade dos produtores e de manter o controle sobre os gastos das entidades. Por isso, o processo de criação dos sindicatos não era dos mais fáceis. Segundo Harry, havia muita resistência, principalmente porque as associações não viam com bons olhos a obrigação de prestar contas ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e ter suas eleições controladas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). Com bastante jogo de cintura e com um perfil conciliador, Harry foi determinante neste trabalho de convencimento, apostando sempre em informação.

“A gente encontrava muita resistência, porque as associações tinham autonomia financeira e não queriam passar a ser fiscalizadas pelo regime militar. Mas era a lei. Cabia a nós, da FAEP, fazer essa explicação e conduzir essa adequação”, observa Harry.

As incursões da FAEP ao interior também visavam incentivar a fundação de sindicatos onde sequer haviam associações. Os funcionários da Federação mobilizavam produtores e promoviam assembleias, em que era eleita uma junta governativa – formada por três líderes – e estabelecido o estatuto. Harry voltava com a documentação e a protocolava na delegacia do MTE, em Curitiba. A partir de então, o processo era analisado pelo Ministério, a quem cabia reconhecer oficialmente a criação do sindicato.

Em geral, essas primeiras assembleias contavam com a presença de 30 ou 40 produtores. Mas algumas reuniões para criação de sindicatos se tornaram históricas, como a de fundação do Sindicato Rural de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná, que teve a participação de 1.160 produtores rurais. A unidade sindical seria presidida por Nelson Meurer, que, anos depois, viria a se eleger deputado federal.

“Para a efetivação do sindicato, o Ministério fazia uma verificação rigorosíssima de todo o processo. Faziam um pente-fino na vida de cada líder sindical, olhavam a vida pregressa, verificavam documento por documento, desde a ata às assinaturas. Às vezes, a gente precisava voltar três, quatro vezes ao município, para deixar tudo acertado”, conta Harry. “A gestão do ministro Jarbas Passarinho foi a em que mais sindicatos foram reconhecidos”, acrescenta.

Como é de se supor, as viagens não eram das mais fáceis. De Curitiba a Guaíra, por exemplo, gastavam-se 15 horas, por estradas de terra. “A gente chegava à cidade de destino e tinha



Testemunha da evolução do sistema sindical do Paraná, Harry atuou na FAEP por duas décadas

que trocar de roupa, de tanta poeira”, diz. As histórias deste período têm ares de odisséia, em jornadas sob chuva, lama e mesmo em finais de semana. Em uma dessas, Harry teve que dormir na estrada, no banco do fusca, porque a via estava interditada por um caminhão que atolou, atravessado na pista.

“Eu estava indo para Toledo e tinha chovido muito. Era a estrada e floresta nos dois lados. Só consegui chegar ao sindicato no dia seguinte e fui direto para a assembleia, com aquela cara de sono”, rememora. “Só no governo do Jaime Canet que a estrutura melhorou. O Paraná teve 4 mil quilômetros de estradas abertas, em anti-pó [pavimentação com fina camada de asfalto]”, acrescenta.

Também por este período, Harry se apaixonou por fuscas. Hoje, tem seis carros deste modelo, entre os quais, um “Pé de Boi”. Com o passar do tempo, o *hobby* se estendeu para outros automóveis, o que fez com que o advogado se tornasse um aficionado por motores. Foi diretor do BMW Clube, tem carros e motocicletas de altas cilindradas da marca e pilota até aviões.

Quatro presidentes

A permanência de Harry na FAEP passou pela gestão de quatro presidentes. No fim de 1972, chegaram os rumores de que o governo federal queria colocar um militar para comandar a Federação. Após um período de transição entre janeiro e março de 1973 – quando a entidade foi presidida por Ubilar Guerra Lobo –, o indicado para o cargo foi o coronel Mário Stadler de Souza, que também era produtor rural no interior do Paraná. Harry teve um ótimo relacionamento com o novo presidente da FAEP, que deu continuidade ao trabalho de fortalecimento da representatividade da agropecuária.

“O coronel Mário era uma pessoa muito aberta, comunicativa, bastante educado e simpático”, recorda.

Um dos pontos decisivos dessa época foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado pelo governo federal, que tinha por objetivo alavancar a produção brasileira, em todos os setores. A iniciativa contava com um projeto chamado “Capacitação do Produtor Rural”, que ajudava o agropecuarista a organizar seu negócio – desde o planejamento à colheita. As ações incluíam, inclusive, alguns cursos. “Esse projeto ensinava o negócio a ser sustentável. Esse plano foi o embrião do SENAR-PR”, define.

No fim da década de 1970, Harry soube que havia 26 fuscas em estado de sucateamento nos pátios do governo do Paraná. Autorizado por Stadler de Souza, o funcionário da FAEP negociou uma parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura. Os automóveis foram reformados e cedidos a sindicatos rurais do interior. “Ferrugem, os carros tinham aos montes. Entretanto, tinham boas possibilidades de servir para trabalhos de curtas distâncias. Alguns, a própria FAEP mandou fazer revisão”, lembra.

De motorista a advogado

Foi na gestão de Stadler de Souza que Harry passou a ser estimulado a prestar vestibular. O principal incentivador foi o advogado Ostoja Roguski, então chefe do Departamento Jurídico da FAEP. Encorajado pelos colegas, Harry cursou o Madureza Ginasial – uma espécie de supletivo –, fez o científico e, em seguida, prestou vestibular. Aprovado na tradicional Faculdade de Direito de Curitiba, começou o curso em 1978.

“Como eu estava desenvolvendo aquele trabalho de criação de sindicatos, o doutor Ostoja Roguski achava que eu tinha muita habilidade para negociar. E eu tinha mesmo. Eu falava a linguagem deles. Não tinha diferença. Por isso que deu certo”, apontou.

Harry se formou em 1982 e, de cara, foi nomeado chefe do

rançóia
Associados

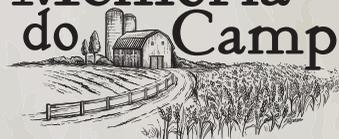
Departamento Jurídico da FAEP. No novo posto, já teve uma missão difícil: atendeu a implantação do dissídio coletivo de trabalho – ajuizamento das reivindicações dos trabalhadores rurais perante o Tribunal Regional do Trabalho. Ali, o advogado pôde exercer toda a habilidade que havia desenvolvido em outros setores da Federação. “Eu fiquei expert naquilo”, relembra.

Em outro momento memorável, coube a Harry organizar uma recepção de produtores e trabalhadores rurais ao então presidente da república, João Baptista Figueiredo. Os agropecuaristas do Estado lotaram a tradicional Sociedade Dom Pedro II, o que fez com que o encontro fosse um sucesso. Uma semana depois, o advogado da FAEP esteve no Palácio do Planalto, em Brasília, onde Figueiredo lhe confidenciou as impressões que teve da receptividade.

“Ele adorou a reunião e a articulação dos produtores. Ele participou em vários encontros deste tipo em todo o Brasil. Sabe por que ele fez isso? Para ver o nível de organização da sociedade, saber se estava preparada para a abertura política. Ele queria saber se os militares podiam, mesmo, entregar o poder. Veja você a importância que o sindicalismo tem: servia de referência a um presidente”, diz. “Com a abertura política, a Federação passou a ter um papel ainda mais reivindicatório, como tem hoje”, opina.

Em 1988, Harry deixou os quadros da FAEP, na gestão de Paulo Carneiro. Passou, então, a se dedicar ao direito tributário. Hoje, aos 74 anos, o advogado continua na ativa. Tem quatro filhos, dois dos quais também seguiram o caminho do direito e trabalham em seu escritório. Com memória invejável, relembra com consideração dos tempos de Federação e enumera pessoas que foram importantíssimas à agropecuária, entre os quais, os saudosos Nelson Teodoro de Oliveira e João Luiz Biscaia, falecidos recentemente. “A FAEP fez parte da minha história. Entrei como motorista e saí como advogado. Também posso dizer que dei minha contribuição. Vi, de perto, o crescimento da Federação”, conclui.

Memória do Campo



Perfil do produtor rural

Uma pesquisa, até então inédita, foi o grande destaque da edição 656 do Boletim Informativo, publicada em dezembro de 2000. Realizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o levantamento traçou um amplo perfil sobre o produtor rural e cada aspecto do setor agropecuário. A reportagem se estendeu ao longo de oito páginas da revista semanal do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Após ouvir 39,9 mil agropecuaristas de todo o país, a pesquisa apontou que mais de 80% dos produtores rurais brasileiros tinham idade superior a 46 anos e 62% haviam cursado apenas até a primeiro grau. Para 50% dos agricultores, a renda mensal era de até R\$ 500, resultantes exclusivamente da agricultura – ou seja, eram pequenos produtores. Os principais problemas apontados eram o êxodo rural e as dificuldades de obter financiamento.

As projeções apontavam que o PIB do agronegócio fecharia o ano de 2000 atingindo a casa dos R\$ 273,3 bilhões – um avanço de cerca de R\$ 4 bilhões em relação ao ano anterior. A expansão vinha puxada, principalmente, pela pecuária. Apesar disso, o setor agropecuário vinha gastando mais com a compra de insumos, que teve avanço de 5%. A pesquisa também trouxe detalhes sobre cada atividade, mostrando as perspectivas.

Morretes aposta em cachaça de qualidade

Após produto ser reconhecido como Indicação Geográfica do município, alambiques se profissionalizaram, com apoio do Sebrae-PR e parceria do SENAR-PR

Por Felipe Aníbal

Não é de agora. A tradição de Morretes na produção de cachaça atravessa os séculos e já atraiu até a realeza. Documentos comprovam que, em 1733, um dos primeiros colonizadores da cidade, João Almeida, já mantinha um alambique às margens do Rio Nhundiaquara. Os registros também apontam que Dom Pedro II, em sua passagem pela cidade litorânea, visitou um ponto de produção – e, provavelmente, deve ter degustado. Não é à toa que morretiana virou verbete de dicionário, como sinônimo de cachaça.

Agora, a importância do destilado para a cidade do litoral paraense está referendada no Anuário da Cachaça, lançado em junho pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Morretes aparece como um dos municípios mais importantes na produção do destilado, principalmente quando se leva em conta a proporção de alambiques por habitantes (a chamada “densidade cachaceira”). Conforme o levantamento, o município tem uma média de um produtor regularizado a cada 4 mil habitantes – o que o coloca em oitavo lugar neste ranking.

O que faz com que os produtores de Morretes se destaquem é o foco na qualidade. Quando, em 2004, instalou seu alambique na cidade, o empresário Fugêncio Torres mirava dois objetivos principais: fazer o resgate histórico e cultural do destilado e, a partir disso, chegar a um produto de excelência que ganhasse o mercado internacional.



E conseguiu. Apostando em qualidade, 70% da produção da Cachaçaria Porto Morretes vão parar no copo de consumidores de outros países, principalmente nos Estados Unidos.

“A cachaça é o principal destilado brasileiro, tem uma presença cultural marcante e é totalmente identificada com o Brasil. Então, desde o primeiro momento, pensei em produzir uma excelente cachaça que pudesse ser apreciada em qualquer lugar do mundo, representando o país”, diz o produtor.

Em 2016, a Porto Morretes Premium – produzida pelo alambique de Torres – foi eleita a melhor cachaça do Brasil. De quebra, outro rótulo da empresa ficou em sétimo lugar. Na esteira da qualidade, o alambique dá emprego direto a 20 pessoas e, agora, Torres planeja expandir o negócio, a partir da parceria com produtores de cachaça de outras regiões.

“A intenção é incorporar parceiros do interior, que ajudem a gente a ampliar a produção e a participação no mercado internacional, produzindo cachaça de acordo com os nossos protocolos de qualidade”, apontou.



Fugêncio Torres mira sua produção no mercado externo

Indicação geográfica

A consolidação não só do alambique de Torres, mas de outros produtores de Morretes, aconteceu após a cachaça ter sido considerada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae-PR) como um produto de Indicação Geográfica. Na prática, esses produtos são catalogados quando carregam consigo valor histórico e cultural para o município, como se fossem um símbolo de reconhecimento local. Nesta perspectiva, devem ser protegidos e incentivados por meio de políticas continuadas.

No caso da cachaça de Morretes, este processo começou a ser desenvolvido em 2013 e contou com parceria do SENAR-PR, que ofereceu cursos e desenvolveu programas de boas práticas agrícolas. Isso porque, para a produção de cachaça, a cana-de-açúcar precisa estar plantada próximo aos alambiques.

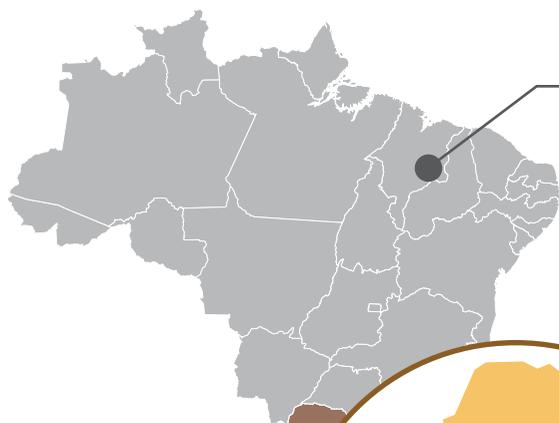
Além disso, o Sebrae-PR mapeou os pontos de produção e realizou um trabalho intenso, orientando os produtores a se regularizarem e a investir em qualidade. Quem aderiu à inicia-

tiva, profissionalizou a produção, se adequando a parâmetros técnicos e a normas sanitárias. Com isso, pôde produzir uma cachaça de melhor qualidade e, por conseguinte, conseguiu agregar valor ao produto, passando a ganhar mais.

“Antes, havia uma depreciação em relação ao produto. Hoje, temos trabalhado com um produto premium, de qualidade, para ser degustado, como um vinho fino ou cerveja artesanal”, ressalta a consultora do Sebrae-PR Maria Isabel Guimarães. “O Sebrae-PR levantou os dados e preparou as empresas de acordo com os regulamentos e especificações do setor. Aí, começamos a trabalhar as boas práticas agrícolas, aplicadas pelo SENAR-PR, que também esteve conosco no caso de outros produtos, como a bala de banana e da farinha de mandioca”, completa.

Tudo isso, impulsionou a produção regularizada no Estado. Se por um lado a produção paranaense ainda está distante de polos cachaceiros nacionais, como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, o Paraná tem avançado dose a dose. Hoje, são 26 alambiques paranaenses regularizados (oitavo lugar no ranking), com 133 rótulos registrados (sétimo colocado).

A cachaça em números



Alambiques

951

alambiques
registrados
no Brasil

99

estão na
região Sul

Cachaças

3648

produtos de cachaça
estão registrados
no Brasil

578

registros são de
cachaças da região Sul

26

ficam no
Paraná

133

cachaças estão
registradas no Paraná

Atividade ainda esbarra em desafios

Apesar disso, o setor ainda luta para superar alguns obstáculos. O produtor Sadi Poletto, por exemplo, é um dos que apostou forte em qualidade. A cachaça produzida por ele já ganhou um prêmio internacional em Bruxelas, na Bélgica. Apesar de todo o investimento que fez, ele reclama da falta de apoio dos poderes públicos estadual e municipal, no sentido de garantir infraestrutura mínima para o setor. O alambique dele fica a dois quilômetros do centro de Morretes, mas a precariedade das vias até a propriedade tem dificultado com que Poletto mantenha as visitas guiadas ao ponto de produção.

“O Litoral do Paraná está abandonado. Eu faço o trabalho certinho da porteira para dentro, mas o Estado não faz sua parte da porteira para fora. Nós precisamos desse investimento em estrutura para que, pelo menos, possamos ter estradas, ter acesso”, diz.

Outro alvo de reclamação constante do setor é alta tributação do produto aqui no Paraná e o excesso de regulamen-

tação. “Parece que todo o ambiente é feito para desestimular quem começa a empreender. Temos um número excessivo de regulamentos, muitos deles sem lógica. A tributação é absurda. Somos taxados duas vezes mais que os produtores de Minas Gerais, por exemplo”, aponta Torres.

Além disso, a produção cachaceira de Morretes só não é mais robusta por causa de um fenômeno específico: a informalidade. Dos cerca de 90 alambiques mapeados pelo Sebrae-PR em 2013, apenas seis estão regularizados. O próximo passo agora é estimular esses produtores a saírem da clandestinidade, principalmente apontando os benefícios econômicos puxados pela formalização.

“A maioria dos produtores resiste a formalização. Afirmam que a fiscalização não é tão grande e os próprios empresários de bar aceitam comprar produtos não registrados. Mas com a formalização e com a indicação geográfica, o alambique, além de todo o respeito e referência, consegue um valor diferenciado pelo produto. Uma garrafa vale de R\$ 80 a R\$ 120. É um valor grande que se agrega”, aponta Maria Isabel, do Sebrae-PR.

Iniciativa organiza rede de capacitação do Agrinho

Coordenadora do programa do SENAR-PR na Secretaria de Educação de Ponta Grossa promoveu formação de mais de 750 professores

O trabalho desempenhado pelos profissionais da área de educação no Paraná é um dos alicerces do Programa Agrinho, desenvolvido pelo SENAR-PR. Em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, o programa tornou-se referência entre as escolas e, desde 2001, fomenta ações para melhorar a qualidade de ensino no município. À frente desta missão está a professora Aparecida Castanho, responsável pelo Agrinho na Secretaria Municipal de Educação, nos períodos de 2001 a 2004 e de 2013 até o momento.

Há 18 anos, quando Aparecida assumiu a coordenação do programa pela primeira vez, o Agrinho se desenvolvia a passos lentos no município. Então, naquele ano ocorreu o pontapé inicial para que o programa atingisse seu potencial em Ponta Grossa, trabalho que continua sendo aperfeiçoado a cada ano. Para isso, formações regulares com os professores foram realizadas para a capacitação da rede municipal por meio da metodologia do programa. “Todo esse trabalho foi fundamental para o Agrinho ter a relevância atual em Ponta Grossa. Antes de 2001, tínhamos casos isolados. A realidade agora é outra”, afirma a coordenadora.

Atualmente, a rede municipal de Ponta Grossa possui 31 mil alunos na educação infantil e ensino fundamental e conta com o trabalho de mais de 750 professores em 84 escolas, sendo 73 de tempo integral. Para dar conta da dimensão do programa na quarta maior cidade do Estado, a capacitação precisou ser reformulada neste ano. “A nossa rede é muito grande e, em 2019, recebemos mais de 200 novos professores. Por isso, repensamos a formação para que o trabalho realizado com



Aparecida Castanho abraçou o Agrinho 18 anos atrás

o Agrinho continuasse a chegar efetivamente nas escolas”, relata.

Em fevereiro deste ano, três encontros de formação, com duração de oito horas cada, foram realizados com os coordenadores pedagógicos das escolas municipais. “Estes profissionais são a nossa ponte com os professores que, consequentemente, fazem a ponte com os alunos”, explica Aparecida. Dessa forma, foram instituídas, semanalmente, datas para formação e planejamento dos docentes. “Nós priorizamos a formação continuada com base nos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e a aprender a ser”, destaca.

Ainda, um grupo no aplicativo de mensagens WhatsApp foi criado para fortalecer o contato entre as escolas e professores, além de facilitar a troca de informações e novidades.

Para o próximo ano, Aparecida já tem alguns projetos em mente, como a criação de grupos de estudo sobre os temas e metodologias trabalhadas no Agrinho. “Apenas comentei a ideia e mais de 40 professores já demonstraram interesse”, revela.

Na visão da coordenadora, o Programa Agrinho é essencial para o incentivo ao protagonismo dos agentes que fazem parte da comunidade escolar. “Os projetos que temos desenvolvido dentro do programa têm proporcionado isso. O Agrinho é sinônimo de vida nas escolas porque está imensamente presente no currículo escolar, nas aulas e no dia a dia”, avalia. “A nossa marca é garantir uma escola de qualidade voltada para a infância e que forme cidadãos. E da forma que estamos fazendo tem dado certo”, complementa.



SENAR-PR realiza oficinas durante a Ficafé

O SENAR-PR irá realizar duas oficinas durante a Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Ficafé), que acontece no Centro de Eventos de Jacarezinho (PR-431, Km 31,5), nos dias 2, 3 e 4 de outubro. Os produtores de café e visitantes do evento poderão participar de duas oficinas: de “Torra de cafés especiais”, que é o processo adequado para garantir que o grão revele o seu potencial; e “Manutenção de roçadeira e derrigadeira”, pois as roçadeiras estão presentes em praticamente todas as propriedades rurais e as derrigadeiras estão ganhando espaço na colheita do grão. Esta é a terceira vez nos 12 anos da feira que a entidade insere uma oficina na programação. Os treinamentos são gratuitos e as vagas limitadas. Mais informações no site www.ficafe.com.br.

Evento debate Direito do Vinho

Entre os dias 17 e 20 de outubro acontece o I Congresso Brasileiro de Direito do Vinho e o VIII Congresso Internacional de Direito Vitivinícola, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. O evento terá como tema central “A Transdisciplinaridade do Direito do Vinho”. Mais informações no site www.direitodovinho.org ou no e-mail secretaria@direitodovinho.org.



Tendências na piscicultura

Nos dias 17, 18 e 19 de setembro aconteceu o International Fish Congress & Fish Expo Brasil 2019, em Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná. O congresso permitiu a discussão de temas relevantes do setor e tendências da atividade. Além de ser um dos incentivadores do evento, o Sistema FAEP/SENAR-PR fomentou a ida de técnicos e produtores, para que pudessem acompanhar os debates em relação a novas tecnologias e processos. A piscicultura paranaense tem registrado crescimento em ritmo chinês, o que exige planejamento para os próximos anos.

Cadec do Grupo Vibra

No dia 17 de setembro, técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR estiveram na cidade de Itapejara D'Oeste, na região Sudoeste do Paraná, para acompanhar a reunião da Cadec junto ao Grupo Vibra. Na ocasião, produtores, representantes da indústria e os técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR Mariana Assolari e Ruan Schwertner debateram aspectos técnicos e jurídicos da integração, como a revisão de contratos e o alinhamento da planilha de custos de produção.



Governador do Paraná nos eventos do Agrinho e PER

No dia 18 de setembro, o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, esteve no Palácio Iguacu, em Curitiba, para convidar o governador Carlos Massa Júnior para os eventos do Programa Agrinho e Programa Empreendedor Rural (PER). Na ocasião, Meneguette entregou um caderno com o histórico de cada programa. O governador paranaense confirmou presença nos dois eventos: Agrinho, marcado para dia 21 de outubro, e o PER, no dia 22 de novembro, ambos no ExpoTrade, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba (RMC)



INFORME

Veja também no site
www.fundepecpr.org.br

FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/08/2019

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	296,64	-	-	36,36	-	-	-	333,00
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	45.528.611,50	-	2.341.952,64	-	52.167.997,20
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.705.324,41	-	192.156,99	-	17.047.093,24
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.556.583,36	-	-	-	8.381.117,99
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	176.941,50	-	-	-	254.264,28
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	17.341,05	-	-	-	23.179,66
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	222.280,89	-	-	-	306.288,80
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.478,64	4.624.105,00	141.031,00	55.345.800,17	542.225,27	2.675.140,63	77.567,43	78.102.706,75
SALDO LÍQUIDO TOTAL								78.102.706,75

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



JURANDA



CAMPINA DA LAGOA

TURISMO RURAL

Nos dias 27, 28 e 29 de maio aconteceu o curso “Trabalhador em turismo rural - turismo rural e oportunidades de negócios”, organizado pelo Sindicato Rural de Juranda. O instrutor José Rivaldo dos Santos treinou 15 pessoas. A prefeita de Juranda, Leila Miotto Amadei, participou do encerramento do curso.

MANEJO E ORDENHA

O instrutor Thiago Prado Bardy capacitou oito alunos ao longo do curso “Produtor de bovino de leite - manejo e ordenha”. A capacitação realizada entre os dias 10 e 14 de junho foi promovida pelo Sindicato Rural de Campina da Lagoa.



CASCADEL



IVATUBA

OPERAÇÃO DE DRONES

Um grupo de oito pessoas participou do curso “Trabalhador volante da agricultura - agricultura de precisão - operação de drones”, promovido pelo Sindicato Rural de Cascavel e a empresa Agrotec. O instrutor Arnaldo Antunes dos Santos Neto ministrou as aulas nos dias 8, 9 e 10 de julho.

DERIVADOS DE PESCADO

Nos dias 22 e 23 de julho, um grupo de nove pessoas participou do curso “Produção artesanal de alimentos - derivados de pescado”, organizado pelo Sindicato Rural de Maringá. Na ocasião, o instrutor foi Sérgio Kazuo Kawakami.



QUEDAS DO IGUAÇU

BÁSICO EM MANDIOCA

O Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu organizou o curso “Produção artesanal de alimentos - beneficiamento e transformação caseira de mandioca - básico em mandioca”, nos dias 26 e 27 de julho. A instrutora Ines Maria Wietozikoski treinou 14 pessoas.



CIDADE GAÚCHA

TRATORISTA AGRÍCOLA

Entre os dias 30 de julho e 3 de agosto, 12 pessoas participaram do curso “Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos”. A capacitação organizada pelo Sindicato Rural de Cidade Gaúcha teve como instrutor Mauro Moreira dos Santos.



NOVA LONDRINA

PANIFICAÇÃO

A instrutora Junia Zacharias ministrou as aulas durante o curso “Produção artesanal de alimentos – panificação”, promovido pelo Sindicato Rural de Nova Londrina e CRAS de Nova Londrina. Os 15 alunos participaram das aulas nos dias 1º e 2 de agosto.



LONDRINA

BOVINOCULTURA DE CORTE

Nos dias 1º, 2 e 3 de agosto, o Sindicato Rural de Londrina promoveu o curso “Trabalhador na Bovinocultura de Corte - Manejo de Bovinos de Corte” para 14 alunos do curso de zootecnia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). As aulas foram ministradas pelo instrutor Marcelo Ailton Zschornack.

VIA RÁPIDA



Tirar o cavalinho da chuva

A expressão que significa “desistir de alguma coisa” tem origem no século 19, época em que o cavalo era um meio de transporte muito utilizado. Ao se fazer uma visita a alguém, era comum “estacionar” o animal em frente a propriedade, quando a passagem era breve. Porém, quando a visita tinha a intenção de se estender, o dono da casa logo autorizava colocar o cavalo em um lugar mais protegido com a expressão “tirar o cavalo da chuva”, o que faz entender que a visita desistia de ir embora cedo.



Pombo bêbado

O pombo kereru, nativo da Nova Zelândia, tem o hábito de comer frutas caídas no chão da mata e que muitas vezes já apresentam sinal de decomposição. Essas frutas acabam fermentando e consequentemente embriagando a ave, que cai das árvores e voa desajeitadamente. Apesar da desagradável consequência de seus hábitos, a ave é fundamental para a dispersão de sementes.



Cheiro mais fedido

A substância Standart Bathroom Madolor foi desenvolvida pelas forças armadas dos Estados Unidos, para se tornar o cheiro mais fedido que existe no Mundo. O objetivo era usá-la em bombas de cheiro durante a guerra, para revelar inimigos de seus esconderijos.

Peixe-elétrico amazônico

Originário da Amazônia, o poraquê é um peixe que pode chegar a dois metros de comprimento. Ele é um dos poucos animais capazes de produzir eletricidade de forma natural, com potencial para até oito vezes a energia de uma tomada de 110 volts. A eletricidade do peixe vem de um grupo de células chamadas eletrólitos.



UMA SIMPLES FOTO



Ponte inca

Uma ponte de capim sobre o rio Apurímac, na região de Cusco, Peru, chamada de Q'eswachaka, precisa ser refeita todos os anos. Enquanto os homens trabalham na reconstrução da ponte, as mulheres trabalham na confecção das cordas. A construção mobiliza toda aldeia e se encerra com uma comemoração que sempre coincide em junho. A ponte criada pelos incas existe há mais de 600 anos e se tornou Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 2013.

Grande Adria

De acordo com relatório da National Geographic, há um continente submerso entre a Europa e a África, há 140 milhões de anos, chamado de Grande Adria. O bloco sendo esmagado pela Europa, deu origem aos Alpes Suíços e algumas cadeias montanhosas ao Sul do continente.

Aquela música que arrepia...

Se você já ficou todo arrepiado ao ouvir aquela música que tanto adora, sabia que está entre os 50% da população com essa capacidade. Segundo um estudo feito pela Universidade de Harvard, as pessoas com essa capacidade têm mais fibras nervosas conectando o córtex auditivo do cérebro à parte que processa os sentimentos e emoções.



ITR 2019

Imposto sobre a propriedade Territorial Rural

PRAZO PARA ENTREGA

30 DE SETEMBRO

FAÇA SUA DECLARAÇÃO DO ITR NO SINDICATO RURAL



É FÁCIL, RÁPIDO E SEGURO.
Sem a declaração do ITR, o produtor não obtém a Certidão Negativa de Débito.

**Facilite o trabalho. Leve com você a declaração do ano passado.*

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

